

ASPECTOS ECONÔMICOS E EXTRA-ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO*

José Carlos Pereira **

A partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente, a educação passou a ser considerada um investimento altamente produtivo e, conseqüentemente, um fator significativo para explicar o crescimento econômico e o desenvolvimento social. De fato, os fatores extra-econômicos, entre os quais a instrução e o avanço do conhecimento em geral, que os economistas tratavam como resíduo, revelaram-se decisivos para entender o processo mais a contento. Onde, inclusive, ter-se desenvolvido um novo conceito de capital, que não incluía apenas o capital físico mera quantidade, mas igualmente aspectos qualitativos (o que não significa que não possam ser mensuráveis). Retomou-se o conceito de Irving Fischer, de capital integrado, incluindo o capital humano. Enfatizou-se o fato de que a educação deveria ser vista como um dos maiores investimentos que poderia fazer um país. Grande número de estudiosos insistiu na necessidade de o Estado ampliar o número de anos de escolarização, expandir os cursos existentes e torná-los acessíveis a um maior número de pessoas.

Colocações como as acima feitas são hoje indiscutíveis. Contudo, quando determinadas idéias se transformam em aparente conhecimento de senso comum, também se corre o risco de que as pessoas se tornem menos críticas ao que de fato representam nas realidades específicas em que estão sendo aplicadas. Neste caso, por exemplo, deve-se ter em conta que, não necessariamente, toda educação é um investimento; mesmo que o seja, nem sempre consegue superar o componente de con-

sumo acentuado de que se reveste o processo formal de aquisição de conhecimentos. A distinção entre os componentes de investimento e de consumo da educação não é fácil de ser feita e, em certo sentido, fazê-lo é até acanhado, quando se trata daquele mínimo de educação formal que é considerado como um dos direitos humanos. Mas se pode dizer que, em parte pelo menos, a educação proporcionadora de satisfação intelectual apenas (se isto pode existir) é antes consumo do que investimento. Mais ainda, há que se entender, sobretudo como consumo, quando se vai fazer a devida avaliação, aquele tipo de educação que visa tão-somente à obtenção de um diploma, anseio perfeitamente compreensível numa sociedade que supervaloriza sua posse. Em síntese, se a educação proporcionada pouco a pouco nada contribui para impulsionar a produtividade, o componente consumo torna-se dominante. Na verdade, em qualquer tempo presente, a educação é sempre um consumo, só o futuro podendo dizer se terá sido um consumo produtivo ou não.

Pode-se, igualmente, ir longe demais na enfatização do aspecto investimento quando não se considera a relação econômica entre a oferta e a procura do bem, ainda que de um bem especial: o homem educado, instruído, qualificado. Isto é importante porque os países subdesenvolvidos se vêem a braços, freqüentemente, com a figura do profissional de nível superior desempregado. O desperdício se torna ainda maior quando os grupos profissionais, nessa situação, pressionam o Estado para que crie empregos legalmente, empregos estes que, por não serem social e economicamente requeridos, são, em grande parte, improdutivos. No Brasil, através da demasiada regulamentação de profissões, impedindo uma competição economicamente sadia, o aspecto negativo avulta ainda mais. Em outros casos, a qualificação dada pode ser excessiva em relação àquilo no qual a pessoa trabalhará. Em termos estritamente econômicos, que é o nível em que o problema está sendo discutido aqui, teria havido um sobreinvestimento. Por outro lado, há desinvestimento quando os conhecimentos obtidos não podem ser aplicados no país de

* Transcrito de: CIÊNCIA E CULTURA, São Paulo, SBPC, v. 33, n. 9, set. 1981, p. 1217.

** Professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP.

origem, perdendo o país subdesenvolvido muitos de seus elementos qualificados para os desenvolvidos (evasão de cérebros).

Um dos propósitos dessas reflexões é mostrar que, às vezes, se estende abusivamente o conceito de educação como investimento. É claro que a maneira de considerar-se a mesma é grandemente valorativa. Mas também é certo que o componente consumo ou investimento vai depender muito de como o sistema sócio-econômico vai utilizar as pessoas formadas. Se elas não forem aproveitadas, do ponto de vista econômico, de modo que o capital nelas aplicado seja reproduzido e ampliado, é possível que estejamos diante de uma situação de desinvestimento.

Entendemos que o aspecto sócio-político-cultural é muito mais relevante do que o estritamente econômico. Por isso, julgamos que a defesa de maiores aplicações de capital em educação há que ser feita usando-se argumentos não apenas econômicos, como freqüentemente se faz. Seria conveniente apontar sempre o fato de que a educação é um dos direitos fundamentais do homem e de que ela, por ser um instrumento de primeira ordem para desalienar o homem, também pode ser um fator de mudança. Isto desde que se torne o homem educado cômico da tarefa de, na medida de suas forças, transformar estruturas sociais e econômicas que se tenham constituído num obstáculo à maior dignidade da existência humana.

Um outro aspecto da análise econômica do processo educacional nem sempre devidamente reconhecida é o da mensuração do volume de investimentos feitos. Quase sempre eles são avaliados em termos daquilo aplicado pelo Estado ou pelos empresários do setor, deixando-se de

lado o custo da educação para os alunos e suas famílias. Esta é uma questão de suma importância para o perfeito equacionamento do problema. De fato, é preciso determinar os custos para avaliar as vantagens econômicas da educação, pois não conhecê-los impede saber qual a rentabilidade do investimento. Não resta dúvida de que avaliar tais custos é problema difícil. Pode-se dizer, porém, que se devem acrescentar os gastos dos estudantes às despesas com as quais arca o Estado ou o setor empresarial (prédios, outras instalações permanentes, material de consumo, manutenção, pagamento de pessoal docente, administrativo, auxiliar, etc.). Um dos economistas mais brilhantes que tem tratado das relações entre educação e desenvolvimento econômico, Theodore W. Schultz, que recebeu o prêmio Nobel de Economia de 1979, afirma que o peso maior do custo da educação é suportado pelos estudantes e suas famílias (Cf. *O valor econômico da educação*).

Lembra este autor que nos custos da educação se devem computar os salários não percebidos pelos estudantes e todos os demais gastos, inclusive os lucros que eles ou suas famílias poderiam obter se investissem em outras atividades. Isto é, mesmo se gratuita, a educação tem um elevado custo para os estudantes, mormente, em termos relativos, para aqueles cujas famílias são de mais baixo poder aquisitivo, uma vez que tenderiam, normalmente, a participar mais precocemente da população economicamente ativa. O tempo por eles despendido no estudo poderia ser usado para obter um rendimento econômico atual maior.

Sem que considerações como estas estejam presentes nas análises do valor econômico e extra-econômico da educação, corre-se o risco de se subestimar tanto os reais investimentos feitos em educação, como suas repercussões, que extravasam o aspecto meramente econômico.